

POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Rosiléa Agostinha de Araújo ¹
Lorena Kelly Alves Pereira ²
Geovane Gomes de Araújo ³
Glauberto da Silva Quirino ⁴

Este artigo tem como finalidade apontar as dificuldades e os entraves colocados à implementação de políticas públicas em gênero e sexualidade no âmbito educacional, devido a posturas conservadoras de políticos brasileiros. Objetivamos mostrar como as crenças e opiniões pessoais daqueles que são eleitos pelo povo têm influenciado de maneira decisiva para que políticas públicas sobre gênero e diversidade sexual não sejam elaboradas e implementadas pelo poder público, a despeito da evidente situação de preconceito e violência a que estão submetidos determinados grupos considerados minorias dentro da sociedade brasileira, a exemplo das mulheres e das pessoas pertencentes à comunidade LGBTI+. Quanto à fundamentação teórica, nos embasamos nos estudos de gênero e sexualidade na educação. No que tange ao método foi realizada a Análise do Discurso, de vertente francesa, dos discursos proferidos por políticos conservadores. Tivemos como principais resultados a percepção de que as convicções e crenças pessoais de políticos conservadores os impedem de representar os interesses e necessidades dos/as cidadãos/ãs e que a não implementação de políticas públicas necessárias faz com que o Estado deixe abandonados grupos vulneráveis, tornando assim, a educação e a sociedade cada vez menos inclusiva, democrática e justa.

Palavras-chave: Políticas públicas, Gênero, Sexualidade, Educação, Contexto político.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Brasil, acompanhou-se algumas tentativas de elaboração, promoção e implementação de políticas públicas voltadas para o debate das questões de gênero e diversidade sexual no âmbito da educação, tendo como principais focos o respeito à diversidade, a inclusão e compreensão das variadas expressões e identidades de gênero e sexuais. Isso é consequência, principalmente, da luta e militância de movimentos sociais,

1 Mestranda do Curso de Educação Profissional da Universidade Regional do Cariri - URCA, leiaagostinha@gmail.com;

2 Estudante das questões de gênero e diversidade sexual, com mestrado inconcluso pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, lorenakellyc@gmail.com;

3 Mestrando do Curso de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, gaifce@gmail.com;

4 Professor orientador: Doutor, Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri-CE, gluaberto.quirino@urca.br.

como o Movimento Feminista⁵ e o Movimento LGBTI+⁶ que têm reivindicado e chamado a atenção da sociedade e do Estado brasileiros para as suas bandeiras de luta.

No Brasil, o acesso à educação é um direito constitucional de todos/as. A Declaração Universal dos Direitos Humanos também “reconhece e defende o direito de toda pessoa humana à educação em todos os níveis com o pleno exercício das liberdades fundamentais e o respeito aos direitos humanos” (ZENAIDE, 2008, p. 13). No entanto, o direito a uma educação inclusiva, que respeite a diversidade de gênero e sexual tem sido historicamente negado, fato esse que tem levado movimentos da sociedade civil organizada a reivindicarem por políticas públicas que discutam as questões de gênero⁷ e as diversidades dentro do ambiente escolar.

Contudo, a criação de políticas públicas passa necessariamente pelo reconhecimento de que existem questões sérias e complexas envolvendo grupos sociais vulneráveis e que é dever do Estado a responsabilidade de um olhar mais atento e a realização de ações que englobem esses grupos. Esse reconhecimento, porém, não ocorre de maneira fácil, pois setores conservadores da sociedade como, por exemplo, grupos ligados a alguns religiosos fundamentalistas⁸ impõem dificuldades nesse processo. E mais, esses setores têm conseguido adentrar no meio político e eleger representantes para atuar nas casas legislativas de todo o país, impondo, dessa forma, seus pensamentos retrógrados por meio da atuação de parlamentares que os representam.

Desse modo, este trabalho lança um olhar e discute as dificuldades impostas por alguns políticos conservadores no tocante à formulação e implementação de políticas públicas sobre gênero e sexualidade na área da educação. Trata-se, portanto, de um tema importante a

5 Movimento social organizado por mulheres que lutam contra o machismo, a misoginia, o patriarcado e por mais igualdade de direitos entre os gêneros.

6 Movimento social popularmente conhecido como Movimento LGBT, historicamente responsável por agregar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na luta por direitos sociais. Neste artigo optamos por usar a sigla LGBTI+, a mesma usada pela Aliança Nacional LGBTI. A letra I acrescida à sigla faz referência às pessoas intersexuais e o sinal + corresponde à abrangência de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

7 Gênero é uma categoria de análise para o entendimento do que se pensa e afirma sobre masculinidades e feminilidades, levando em consideração não apenas os aspectos biológicos do indivíduo, mas sobretudo, os aspectos social, cultural e histórico em que estão sedimentados a ideia do que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade.

8 Religiosos fundamentalistas são pessoas adeptas de determinada crença religiosa que baseiam seus pensamentos e ações em dogmas e ideologias fundamentadas na Bíblia e em sua própria religião, atuam de forma sectária, não aceitando o debate e a crítica sobre quaisquer temas que contrariem suas crenças. Sustentam a ideia de que são detentores da verdade absoluta sobre a vida e os ensinamentos de Cristo e ostentam a salvação divina. Todavia, na verdade, em geral, são indivíduos desonestos que se aproveitam da boa-fé e ingenuidade do povo para disseminar ideias próprias sobre “moral” e “bons costumes”, tomando por base interpretações literais ou mal dirigidas da Bíblia.

ser estudado, pois apesar das mulheres e das pessoas LGBTI+ serem grupos vulneráveis, que sofrem visíveis e flagrantes violências, tendo seus direitos humanos básicos desrespeitados ou negados, ainda assim, existe uma forte resistência por parte de uma parcela da sociedade que mantém representantes em cargos políticos e que se nega a aceitar a implementação de políticas públicas voltadas para esses grupos menos favorecidos.

Objetiva-se mostrar como as crenças e opiniões pessoais daqueles que são eleitos pelo povo têm influenciado de maneira decisiva para que políticas públicas que abordem as questões de gênero e diversidade sexual não sejam elaboradas e implementadas pelo poder público.

No que tange ao método realizou-se a Análise de Discurso, de vertente francesa, de discursos proferidos por políticos conservadores que se colocam, em momentos oportunos, contra políticas públicas sobre gênero e sexualidade na educação.

Obtivemos como principais resultados a percepção de que as convicções e crenças pessoais e religiosas de políticos conservadores os impedem de representar os interesses e necessidades de cidadãos/ãs, o que nos levou a questionar se o princípio da laicidade do Estado brasileiro realmente é posto em prática. E que a não implementação de políticas públicas necessárias faz com que o Estado deixe abandonados grupos vulneráveis, tornando assim, a educação e a sociedade cada vez menos inclusiva, democrática e justa.

A conclusão deste estudo proporcionou-nos refletir sobre algumas indagações importantes: é possível existir democracia plena em um Estado que permite que parte do seu parlamento legisle baseando-se em preceitos religiosos? Se existe a tentativa de se criar políticas públicas, a exemplo das voltadas para gênero e sexualidade na educação que têm sido impedidas de ser implementadas devido a crenças pessoais e religiosas, o Brasil é hoje, na prática, um país mais democrático ou mais teocrático⁹? São questões para reflexão.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho consistiu em realizar a Análise de Discurso de discursos proferidos por políticos fundamentalistas que se colocam contra as políticas públicas voltadas às questões de gênero e sexualidade no âmbito da educação.

De acordo com Orlandi (2003):

9 Sistema de governo onde tudo se organiza e se define em torno de normas religiosas.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2003, p. 15).

Assim sendo, a Análise de Discurso precisou, além da Linguística, da contribuição de outras áreas do conhecimento para dar conta do seu objeto de estudo, pois “na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2003, p. 15).

Os dados utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foram coletados em matérias de jornais, sites, vídeos e discursos proferidos em redes sociais. Para proceder à análise dos dados submetemos os discursos coletados à Análise, descortinando as construções ideológicas subjetivas e coletivas que levam os/as sujeitos/as a terem uma posição firmemente contrária à implementação de políticas públicas em educação que trariam mais justiça social às mulheres e pessoas LGBTI+.

DESENVOLVIMENTO

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: A LUTA ORGANIZADA POR DIREITOS

A sociedade atual ainda encontra-se permeada por uma herança cultural machista, misógina, patriarcal e de valorização de um padrão social de cor branca, gênero masculino e orientação heterossexual. Historicamente esse perfil foi naturalizado e tido como ideal, o modelo a ser seguido, e aqueles/as que fogem a essa norma (mulheres, negros, homossexuais, dentre outros) encontram-se, por vezes, à margem da sociedade, sendo vítimas de discriminações e preconceitos.

Frente a essa situação ocorreram, no decorrer da história, inúmeras lutas em defesa das minorias e em busca de igualdade, com olhar voltado às transformações socioculturais, ao respeito à diversidade de gênero, raça, orientação sexual e crenças religiosas. Como exemplo de luta da população LGBTI+, podemos mencionar a Rebelião de *Stonewall*, ocorrida em 28 de junho de 1969, na Greenwich Village, em Nova York, Estados Unidos, a qual entrou para a história como um marco na luta por direitos. Nessa data ocorreu o primeiro grande ato de resistência e de enfrentamento promovido por gays, bissexuais, lésbicas e transexuais contra a violência homofóbica, a repressão e o preconceito.

Stonewall é uma palavra com forte significado para a comunidade LGBT. Foi em um bar *gay* chamado Stonewall, em Nova York, há pouco mais de 40 anos, que *gays*, lésbicas, travestis e *drag queens* se uniram pela primeira vez para lutar contra a intolerância. Pela primeira vez todos eles se sentiram iguais – por serem diferentes. Iguais por causarem estranhamento ao padrão heteronormativo da sociedade. Eram *queers*, esquisitos (RIBEIRO, 2011, p.153).

As desigualdades sociais entre homens e mulheres, assim como as tentativas de imposição de uma sexualidade única e universal levaram ao surgimento dos movimentos feminista e LGBTI+. Apesar das constantes mudanças ocorridas ao longo do tempo nas perspectivas desses movimentos, uma pauta em comum os leva a manterem-se unidos e mobilizados: a luta organizada na busca por direitos historicamente negados.

No decorrer do tempo, o movimento feminista passou por grandes transformações, proporcionadas pelas mudanças de foco das mulheres e suas variadas reivindicações diante de novos contextos e marcadores sociais aos quais estão submetidas. Um dos principais marcadores diz respeito à classe social, uma vez que as pioneiras do feminismo no mundo travaram uma luta por direitos difíceis de serem visualizados no horizonte da maioria das mulheres, pois:

Embora fossem o esteio sobre o qual repousava a sociedade inteira, elas eram invisíveis. As mulheres pobres sempre tiveram e têm até hoje uma dupla jornada, em casa e no trabalho. Sempre trabalharam no setor reprodutivo (privado) e produtivo (público), mas seu trabalho nunca foi considerado produtivo, só o do homem (MURARO, 1992, p. 127).

Por isso, para além de analisar a história das mulheres de forma isolada, o conceito de gênero foi formulado, a partir de meados do século XX, a fim de que fosse ressaltado o “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SCOOT, 1995, p.72). À luta feminista não era interessante destacar apenas a história das mulheres, mas a relação entre mulheres e homens e as desigualdades sociais advindas dessa relação construída ao longo do tempo.

Entretanto, destacamos que a história das mulheres, com seus enfrentamentos comuns, não deu ao movimento feminista uma característica essencialista e universal. Ao contrário, em

todas as fases ou ondas¹⁰ desse movimento, a mobilização das mulheres se deu por motivações diversas, interseccionadas com a classe social, a raça, a sexualidade etc.

Assim sendo, a luta por direitos do movimento feminista na atualidade vai além de uma leitura essencialista das questões de gênero, porque se procura mostrar que não deve existir um modelo padrão de mulher na sociedade. Muitas outras questões atravessam o ser mulher: origem, cor, classe social, situação econômica, religião, orientação sexual, identidade de gênero etc. Nessa perspectiva Louro (1994) afirma que:

Quando falamos em gênero estamos nos referindo a uma construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos, então é imprescindível entender que há diferentes construções de gênero numa mesma sociedade - construções estas que se fazem de acordo com diferentes modelos, ideais, imagens que têm as diferentes classes, raças, religiões, etc., sobre mulher e sobre homem (LOURO, 1994, p. 35).

Na esteira das discussões sobre relações de gênero e tentando combater o condicionamento da diversidade sexual à feminilidade e masculinidade compulsórias, o movimento LGBTI+ tem construído uma trajetória de lutas por direitos. Parte importante dessa mobilização tem sido demonstrar que o gênero não delimita e nem define os desejos e as identidades das pessoas.

Nessa perspectiva, a sexualidade não deve ser encarada sob uma óptica biologizante, nem reduzida exclusivamente à reprodução humana, devendo ser entendida também como espaço afetivo, de desejo e de prazer. Não existe, portanto, uma sequência lógica determinante entre o gênero e os desejos íntimos das pessoas. Para Louro (2016):

Essa sequência supõe e institui uma coerência e uma continuidade entre sexo-gênero-sexualidade. Ela supõe e institui uma consequência, ela afirma e repete uma norma, apostando numa lógica binária pela qual o corpo, identificado como macho ou fêmea, determina o gênero (um de dois gêneros possíveis: masculino ou feminino) e leva a uma forma de desejo (especificamente, o desejo dirigido ao sexo/gênero oposto) (2016, p. 82-83).

Entretanto, para as pessoas que não se encaixam nessa lógica hegemônica tem sido negado o direito de vivenciar sua sexualidade livremente, mais do que isso, tem sido negados

10 As ondas do movimento feminista tem a ver com os diversos contextos sociais e históricos em que as mulheres lutaram para garantir seus direitos. A primeira onda tem início a partir do século XIX, com a luta por condições de trabalho mais justas, direito à educação e ao voto (sufragismo). A segunda onda se inicia nos 1960, com muitos questionamentos acerca da condição da mulher na sociedade e, a partir disso, o início da construção do conceito de gênero. E a terceira onda começa por volta de 1990 e traz como centro do debate a ideia de que as mulheres são diversas e por isso mesmo apresentam demandas específicas a partir dos seus contextos e marcadores sociais.

direitos humanos e constitucionais como o direito à educação, à liberdade de expressão e até o direito à vida, pois só em 2017, conforme levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB), 445 pessoas LGBTI+ foram assassinadas no Brasil devido a LGBTfobia (GREEN et al, 2018).

Assim sendo, o movimento LGBTI+ no Brasil tem, desde o seu começo nos anos 70, lutado politicamente em busca de uma vida melhor para aqueles/as marcados/as por estigmas que os excluem e desumanizam (FACCHINI, 2018).

POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, a inclusão das discussões relacionadas a gênero e sexualidade na educação vem ocorrendo na esteira do debate sobre direitos humanos,¹¹ através do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos criado em 2003, do Plano Nacional de Educação,¹² dos Parâmetros Curriculares Nacionais,¹³ do Plano de Políticas para Mulheres e do Programa Brasil sem Homofobia (BSH).

Com a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o governo brasileiro tinha a intenção de promover uma reflexão crítica sobre os valores e práticas sociais e institucionais que violam os direitos e a dignidade de todos os grupos sociais, sobretudo aqueles minoritários em direitos sociais e políticos (ZENAIDE, 2008).

O “Brasil sem Homofobia” - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania de Homossexuais criado em 2004, a partir da militância e reivindicações de entidades LGBTI+ de todo o país se constitui a principal e mais direta política pública voltada para a construção de uma educação não-discriminatória, não-sexista e não-homofóbica da história do nosso país.

11 “A educação em e para os direitos humanos implica em práticas escolares não-sexistas e não-homofóbicas, na promoção da igualdade e o respeito às diferenças, combatendo ao mesmo tempo todas as formas de discriminação que se enraízem nos preconceitos, estigmas, estereótipos e comportamentos discriminatórios do cotidiano” (ZENAIDE, 2008, p. 15).

12 “Educar para o respeito à dignidade considerando as diversidades sociais, culturais e sexuais é um dos desafios postos à educação nesse novo contexto da vida brasileira” (ZENAIDE, 2008, p. 15).

13 “Os PCNs sugerem crítica tanto ao material didático quanto às mensagens preconceituosas e estereótipos ligados ao gênero, como por exemplo, a representação de homens na esfera pública e das mulheres na esfera doméstica. Também salienta a necessidade de trabalhar as relações de gênero nas diversas situações do convívio escolar: relações professor ou professora e alunos e alunas na sala, em grupos, etc (GOUVEIA et al, 2008, p. 84).

Atuando em áreas como a saúde, a educação e a justiça, os homossexuais brasileiros organizados têm enfrentado a histórica situação de discriminação e marginalização em que foram colocados no seio da sociedade brasileira. E, para além da luta pelo reconhecimento de seus legítimos direitos civis, sociais e políticos, sua atuação tem se desdobrado em um notável engajamento no enfrentamento de graves problemas de interesse público, sendo casos exemplares de sua mobilização em torno da luta contra o HIV/AIDS no país e do combate à violência urbana (BRASIL, 2004, p. 15).

Em relação ao eixo “Direito à educação”, o Programa BSH estipula como meta a elaboração de “diretrizes que orientem o sistema de ensino na implementação de ações que promovam o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual” (BRASIL, 2004, p. 22). Ademais, ressalta quanto à necessidade de inserir essas questões em programas de formação docente e materiais educativos, passando pelo estímulo à pesquisa e disseminação de conhecimentos científicos, objetivando o combate ao preconceito e à violência contra LGBTI+.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para fazer a explanação dos dados deste estudo usamos como categoria de análise as representações de gênero e sexualidade presentes em discursos de políticos conservadores brasileiros/as. E como subcategorias analisamos as fundamentações ideológicas que levam a essas representações.

O primeiro discurso que analisaremos foi expresso pelo pastor Eurico no ano de 2014, quando era deputado federal pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). No discurso o parlamentar defendia que a discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual não deveriam entrar no Plano Nacional de Educação:

[...] não somos contrários à educação no Brasil... tampouco há uma ditadura religiosa dentro desta comissão. Devemos reconhecer que, apesar do país ser laico, nós temos a maioria da população cristã. O que acontece é que não vemos a razão de um movimento querer introduzir no Plano Nacional de Educação ideologia de gênero. Saibam, nossos amigos que defendem a questão da identidade de gênero – e respeito a todos – que por trás dessa ideologia de gênero, que vem de uma ideologia marxista, que se expandiu pela Europa, verão, no futuro, que estão trabalhando contra si próprio [...] (Deputado Federal pastor Eurico, 2014).

Com esse discurso, o pastor inicialmente ressalta valores democráticos como a laicidade do Estado, mas logo em seguida entra em contradição no momento em que defende que a ideologia religiosa da maioria (cristã) deve ser imposta e respeitada por todos/as.

Quando menciona a “ideologia de gênero”¹⁴, o parlamentar quer passar a ideia de que há um movimento organizado querendo introduzir, à força, nas escolas, um conteúdo proibido, que só cabe às famílias discutirem. O deputado, desconhece, entretanto, que a discussão de gênero e sexualidade nas escolas nada têm a ver com uma ideologia que se quer impor ou com marxismo como ele alega, uma vez que marxismo é uma corrente filosófica do século XIX que trata basicamente de temas políticos e econômicos, nada tendo relacionado, em absoluto, com as questões de gênero.

Em 2015, por ocasião da votação dos planos estaduais e municipais de educação, o então Deputado Federal do PSC (Partido Social Cristão), pastor Marco Feliciano discursou a respeito do assunto nas suas redes sociais (*facebook* e *youtube*):

O PNE quando foi votado na Câmara dos Deputados, nós fizemos uma articulação bem forte e arrancamos dele as palavras ideologia de gênero e isso também aconteceu no Senado Federal quando lá houve também uma grande batalha e arrancamos a ideologia de gênero do ensinamento brasileiro. O Ministério da Educação vendo que isso não passou na esfera federal, criou subterfúgios e estão entrando dentro das leis municipais. E eles implementaram dentro dos planos municipais de educação o ensinamento da ideologia de gênero que nós arrancamos do Congresso Nacional. Então, por favor, você que é vereador não deixe passar nenhuma expressão que venha com a palavra gênero, porque a palavra gênero é genérica. Você vai abrir oportunidade para que os professores da escola encontre uma forma de ensinar para os seus filhos sobre sexualidade. Lembra da cartilha gay que nós arrancamos do Congresso Nacional em 2011? Pois bem, eles querem transformar em lei para poderem criar o que quiserem para doutrinar os seus filhos na escola, para estimular, para despertar a curiosidade deles. Se isso virar lei, o pai e a mãe não vai poder fazer nada com o professor, nem chamar a atenção dele quando os seus filhos chegarem da escola e disserem assim: “Papai e mamãe, o professor disse que eu posso ser o que eu quiser, homem e mulher ao mesmo tempo” (Deputado pastor Marco Feliciano, 2015).

A análise do discurso do deputado nos mostra, primeiramente, que não resta dúvida dos esforços exitosos empreendidos por deputados/as conservadores/as para retirar da agenda das políticas públicas demandas relacionadas a gênero e sexualidade. Mostra também que o pastor deputado enxerga a si e a seus companheiros como guerreiros travando uma guerra contra o que eles chamam de “ideologia de gênero”. Ele leva o debate para o campo ideológico religioso, uma espécie de cruzada contra aqueles/as que estão do outro lado, ou seja, os/as professores/as, os movimentos sociais e os militantes dos direitos humanos. Nessa batalha os que estão do outro lado são os promotores da igualdade de gênero, enquanto eles –

14 Entendida pelos parlamentares conservadores como uma proposta de educação que incentivaria as crianças a serem indefinidas sexualmente, o termo “ideologia de gênero” refere-se a uma narrativa inventada pela igreja católica e pelas igrejas evangélicas que consiste em distorcer os estudos de gênero e sexualidade, disseminando a ideia de que existe uma intenção de mudar o “sexo” das crianças e torná-las homossexuais.

os políticos conservadores e religiosos fundamentalistas – são os combatentes da “ideologia de gênero” (DERLANDES, 2015).

O discurso do pastor revela que o sexo é quem determina a sexualidade e que por isso todo cuidado tem que ser tomado, pois uma coisa está diretamente atrelada a outra. Conforme Foucault, é possível fazer “o controle discurso” de diversas instâncias, estabelecer regras através de uma unidade de significações que faz sentido para determinados grupos (FOUCAULT, 2006). Esse discurso estabelece um modelo, ou melhor, reafirma um padrão hegemônico já existente. Sobre isso, Butler (2016) pontua que:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do gênero (BUTLER, 2016, p. 44).

Por último vamos analisar os discursos do ex-Deputado Federal pelo PP (Partido Progressista) do Rio de Janeiro e atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, eleito pelo PSL (Partido Social Liberal), acerca da política pública Projeto Escola sem Homofobia que se constitui em uma ação do Programa Brasil sem Homofobia para a educação. Destacamos que os discursos distorcidos e falsos emitidos pelo atual Presidente sobre o material didático pedagógico¹⁵ que seria distribuído nas escolas foram um dos principais impulsionadores da sua campanha e vitória nas urnas, em 2018. Em uma entrevista ao Jornal Nacional, em 2018, o Presidente recém eleito afirmou:

Eu ganhei o rótulo, por muito tempo, de homofóbico. Na verdade, eu fui contra a um kit feito pelo então Ministro da Educação, Haddad, em 2009 para 2010, onde chegaria nas escolas um conjunto de livros, cartazes e filmes onde passariam crianças se acariciando e meninos se beijando. Não poderia concordar com isso (Presidente Jair Bolsonaro, 2018).

Primeiro percebe-se na fala do ex-Deputado e agora Presidente uma tentativa de aparentar uma neutralidade, quando em seus discursos repetidas vezes afirma não ser

15 Esse material, pejorativamente apelidado de “kit gay” consistia em cartilhas e vídeos contendo orientações de como abordar as questões de gênero e sexualidade em uma perspectiva inclusiva e não-discriminatória, respeitando os direitos humanos nas escolas e que teve sua distribuição cancelada em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff depois de enfrentar pressões de parlamentares religiosos e conservadores no Congresso Nacional.

homofóbico, sendo que em uma entrevista à revista *playboy*, em 2011, disse que “seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” (Deputado Jair Bolsonaro, 2011).

O atual Presidente usa de recorrentes mentiras para defender seus discursos discriminatórios e ofensivos. O material didático-pedagógico que ele chama de “kit gay” não foi idealizado pelo ex-Ministro da Educação, Fernando Haddad, contra quem Bolsonaro dirigiu diversas mentiras durante a campanha eleitoral em 2018. Ao afirmar, de maneira mentirosa e irresponsável, à população que o material pedagógico que deveria ter sido entregue nas escolas em 2011 era para incentivar a promiscuidade e homossexualidade nas crianças, o ex-parlamentar provocou um pavor social nas pessoas que desconhecem a realidade dos fatos.

Quando afirma que prefere ter um filho morto a ver ele tendo uma relação afetivo-sexual com uma pessoa do mesmo gênero e que não poderia concordar que meninos possam beijar outros meninos, o Presidente decreta que a única sexualidade e identidade de gênero que devem existir são aquelas que obedecem à norma imposta por “o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana” (FOUCAULT, 2015, p. 16), regime esse imposto por instâncias poderosas como a religião, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento das identidades e direitos de todos os grupos sociais passa necessariamente pela construção e afirmação de um país verdadeiramente democrático, onde seja garantido o direito de existir e de bem viver de todas as pessoas. Dessa maneira, políticos conservadores que legislam em defesa de ideologias religiosas não respeitam as regras do Estado Democrático de Direito ao se posicionarem contra a implementação de políticas públicas que trariam mais justiça social, atentando, assim, contra princípios constitucionais basilares e contra os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DESLANDES, Keila. **Formação de professores e direitos humanos:** construindo escolas promotoras da igualdade. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2015.

FACCHINI, Regina. **Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT.** In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. História do movimento LGBT no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOUVEIA, Raimundo Cândido; ISMAEL, Eliana Costa; CAMINO, Leôncio. **Equidade de gênero e diversidade sexual.** In: GENTLE, Ivanilda Martins; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Orgs). Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e Práticas de Direito e Políticas Públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do movimento LGBT no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **O reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento da homofobia no contexto escolar.** In: GENTLE, Ivanilda Martins; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Orgs). Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e Práticas de Direito e Políticas Públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOURO, G. L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, p.31-46, 10 nov. 1994. Quadrimestral. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11412>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

RIBEIRO, Deco. **Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT**. In: Stonewall 40 + o que no Brasil? Coleção CULT n. 9. Org. Leandro Colling. Salvador : EDUFBA, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, p.71-99, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Introdução**. In: In: GENTLE, Ivanilda Martins; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Orgs). **Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e Práticas de Direito e Políticas Públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.